

Everaldo
26 cap.

FUNDAÇÃO EDITORA DA UNESP

Presidente do Conselho Curador

Mário Sérgio Vasconcelos

Diretor-Presidente

José Castilho Marques Neto

Editor-Executivo

Jézio Hernani Bomfim Gutierre

Superintendente Administrativo e Financeiro

William de Souza Agostinho

Assessores Editoriais

João Luís Ceccantini

Maria Candida Soares Del Masso

Conselho Editorial Acadêmico

Áureo Busetto

Carlos Magno Castelo Branco Fortaleza

Elisabete Maniglia

Henrique Nunes de Oliveira

João Francisco Galera Monico

José Leonardo do Nascimento

Lourenço Chacon Jurado Filho

Maria de Lourdes Ortiz Gandini Baldan

Paula da Cruz Landim

Rogério Rosenfeld

Editores-Assistentes

Anderson Nobara

Jorge Pereira Filho

Leandro Rodrigues

113

Oswaldo Coggiola

A REVOLUÇÃO IRANIANA

COLEÇÃO REVOLUÇÕES DO SÉCULO XX

DIREÇÃO DE EMÍLIA VIOTTI DA COSTA

2ª REIMPRESSÃO



editora
unesp

© 2007 Editora Unesp

Direitos de publicação reservados à:
Fundação Editora da Unesp (FEU)

Praça da Sé, 108
01001-900 – São Paulo – SP
Tel.: (0xx11) 3242-7171
Fax: (0xx11) 3242-7172
www.editoraunesp.com.br
www.livrariaunesp.com.br
feu@editora.unesp.br

CIP – Brasil. Catalogação na fonte
Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ

C625r

Coggiola, Osvaldo, 1950-

A revolução iraniana/Osvaldo Coggiola. – São Paulo:
Editora Unesp, 2008.

il. – (Revoluções do século 20/Emília Viotti da Costa)

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7139-826-9

1. Irã – História – Revolução, 1979. I. Título. II. Série.

08-2060.

CDD: 955
CDU: 94(55)

Editora afiliada:

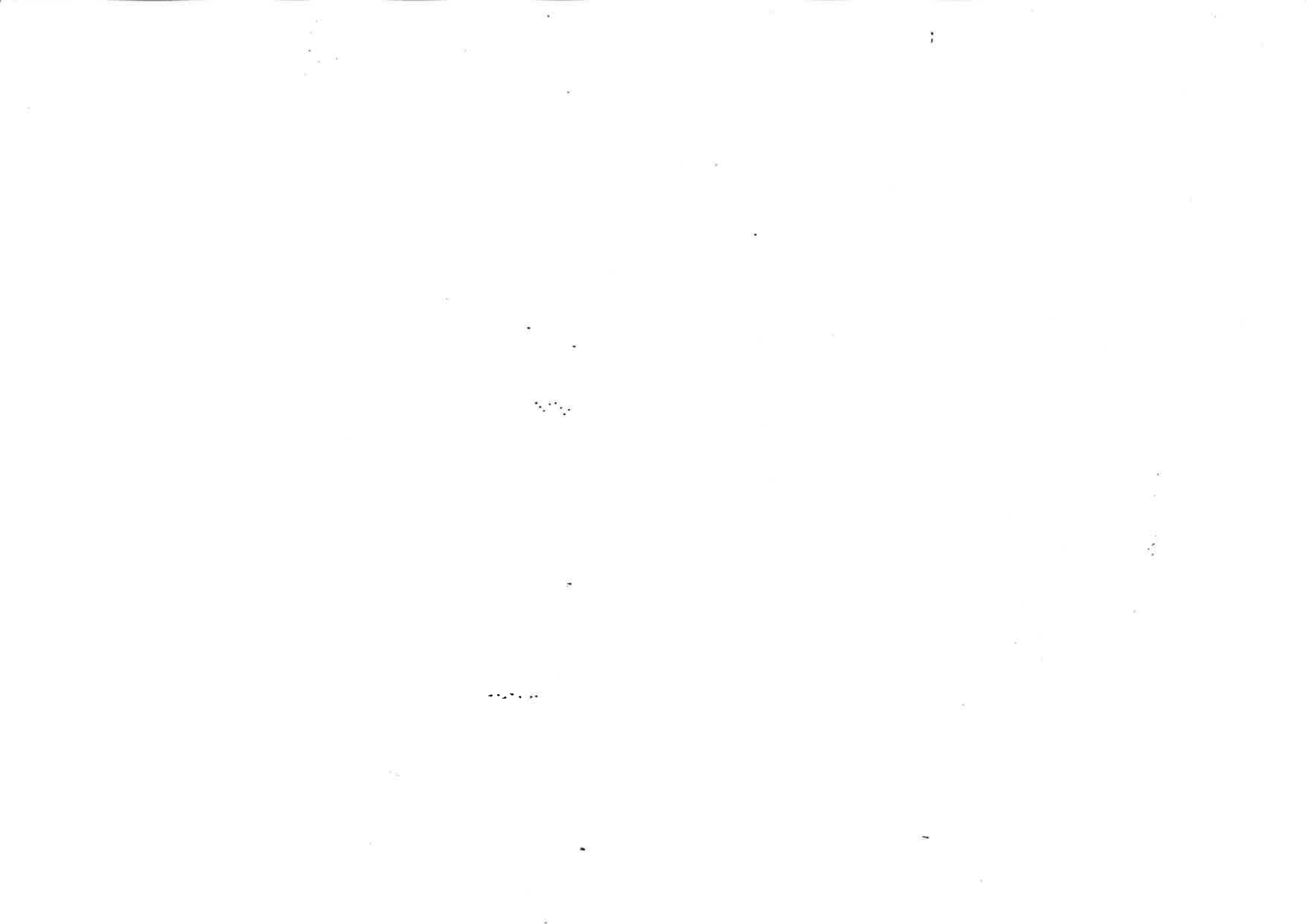
AUEC
Asociación de Editoriales Universitarias
de América Latina y el Caribe

ABEU
Associação Brasileira de
Editoras Universitárias

4. A CRISE DO PETRÓLEO E OS ANTECEDENTES DA REVOLUÇÃO

Em 1960-61, reaparece a crise política como consequência da fraude nas eleições para o *Majilis*. O mal-estar político e econômico levou a uma greve geral que foi reprimida brutalmente pela Savak. O xá decidiu implantar o programa da "Revolução Branca", a reforma agrária e outras medidas supostamente "educativas e sanitárias": era um "plano de desenvolvimento", ideia então em voga nos países "subdesenvolvidos", que beneficiava somente uma elite urbana em detrimento da maioria da população que vivia na zona rural, que não possuía sequer luz elétrica ou água encanada. O governo, em vez de reinvestir os lucros dos seus projetos em programas sociais, passou a investir em tecnologia militar de ponta, tornando-se, em pouco tempo, o maior comprador mundial da produção bélica norte-americana. Assim, aumentou o fosso entre a classe dominante e a maioria pobre da população.

Em outubro de 1962, o gabinete do governo do xá aprovou um projeto de lei para os conselhos das cidades e províncias. O projeto era laico e "pluralista". O xá proibiu o uso do véu pelas mulheres, fazendo que muitas delas, desacostumadas com tal situação, vivessem confinadas em suas casas. A censura ao clero e a invasão a uma escola religiosa, onde setenta estudantes foram mortos pelas forças do xá, também contribuíram para a sua imagem de "inimigo do Islã". Até então, a Constituição do país ordenava a todos os eleitos para o Parlamento (*Majilis*) que seguissem o "Islã", o que foi omitido na lei proposta, segundo a qual, o representante eleito poderia jurar sob qualquer escritura sagrada que desejasse, não necessariamente o Corão. Protestos na "cidade sagrada" de Qom surgiram então



contra o xá. O imã Khomeini ligou para o primeiro-ministro Alam e protestou com veemência. Mas, publicamente, protestou também contra a tortura e as prisões, e também contra o apoio do governo iraniano a Israel e sua submissão aos interesses dos Estados Unidos.¹

Os religiosos de Qom propuseram uma greve geral. Foi declarado o estado de emergência em Teerã. Dois meses depois, o primeiro-ministro anunciou a anulação do projeto de lei.

Já em 1963, os religiosos de Qom declararam que os muçulmanos não poderiam celebrar o Ano Novo iraniano, porque o aniversário do martírio do imã As-Sadig cairia no segundo dia do ano. Na manhã do segundo dia do mês de *Farvadin* (primeiro mês do calendário iraniano), agentes da Savak chegaram a Qom, acompanhados por veículos do Exército fortemente armados. Os agentes do xá abriram fogo contra o povo (inclusive contra os clérigos muçulmanos).

Tão logo Khomeini recebeu as notícias do ocorrido, dirigiu-se ao povo:

Fiquem calmos, vocês são seguidores de líderes em vossa religião que sofreram grandes atrocidades. Tal afronta serve como um bumerangue. Diversas grandes personalidades do Islã morreram para que o Islã fosse mantido e confiado a vocês.

¹ Ruhollah Khomeini (روح الله خومنه em persa, ou farsi) (1900-1989) foi o aiatolá xiita iraniano líder espiritual e político da revolução iraniana. É considerado o fundador do atual estado "islâmico" iraniano, e governaria o Irã desde a deposição do xá até sua morte em 1989. Nasceu na cidade de Khomein como Ruhollah Mousavi (روح الله موسوي em persa) em 1900. Filho de migrantes indianos, começou a estudar teologia em Arak aos 16 anos. Lecionou na faculdade de Qom, onde recebeu o título de aiatolá (literalmente "espelho de Deus", na verdade um perito em religião/direito). Casou-se em 1929 e, apesar de a lei islâmica permitir a poligamia, teve uma só esposa. Antes do seu exílio, publicou *A revelação dos segredos*, criticando a dinastia do xá Reza Pahlevi, a quem acusava de desvirtuar o caráter islâmico do país. Preso em 1963, foi forçado a exilar-se na Turquia.

Khomeini foi ameaçado pela Savak para que não prosseguisse com os sermões na escola Faiziyyeh. Dias depois, tropas sitiaram Qom, invadiram a casa de Khomeini e o levaram a Teerã, onde permaneceu sob custódia na prisão de Qasr. Posteriormente foi transferido para a guarnição de Ishrat Abad. No dia seguinte, o povo em Qom tomou as ruas. Em Teerã, o bazar e a universidade foram fechados. Tropas abriram fogo, deixando muitas vítimas. Em diversas cidades e vilarejos explodiu uma greve geral. Em represália, cerca de 15 mil pessoas foram mortas em Teerã, e quatrocentas em Qom. O governo decretou a lei marcial. Mas a insurreição do dia 15 de Khordad ficou na memória coletiva.

A greve geral foi derrotada. Khomeini foi transferido da prisão para o escritório da Savak, em Davoodiyeh. A poucos dias do aniversário do massacre de Faiziyyeh, tropas ocuparam novamente Qom, porém Khomeini foi libertado da prisão e retornou a Qom. Em seu discurso, afirmou:

Eles nos chamam de reacionários. Alguns jornais estrangeiros são subornados generosamente para dizerem que somos contra todas as reformas e tentamos conduzir o Irã à Idade Média. O *Ruhaniyat* (clero) opõe-se à adversidade sofrida aqui pelo povo. Queremos que eles mantenham a independência do país. Não queremos que eles sejam servos humilhantes dos outros. Tanto nós quanto o Islã não nos opomos à civilização. Vocês violaram todas as leis, tanto humanas quanto divinas. Os programas de rádio e a televisão estão com as suas estruturas danificadas. A imprensa envenena as mentes dos jovens... Vocês possuem especialistas militares israelenses. Vocês enviam estudantes iranianos a Israel. Nós somos contra tudo isso. Não nos opomos à liberdade das mulheres, mas não as queremos como bonecas feitas para atender aos propósitos masculinos. Seu sistema educacional está a serviço dos estrangeiros.

Em 1963, estudantes islâmicos foram violentamente atacados quando protestavam contra a abertura de um bar. O governo de Mansur, primeiro-ministro, encaminhou uma lei ao

Parlamento, com concessões extraterritoriais a países estrangeiros. A lei foi aprovada. Khomeini protestou e, em novembro de 1964, Qom foi ocupada novamente por tropas, que prenderam Khomeini novamente e o levaram para o exílio na Turquia. Tropas cercaram as casas dos líderes religiosos, o filho de Khomeini também foi preso e enviado para o exílio na Turquia alguns meses mais tarde. Após sua prisão e seu exílio em 1964, o protesto dos clérigos aumentou. Em resposta, o xá Pahlevi decidiu enfrentar os religiosos com violência, prendendo e matando manifestantes. Não se sabe quantos morreram nesta campanha: o regime de Pahlevi falou em 86 mortos; os religiosos afirmaram que foram milhares.

Enquanto isso, a irmã gêmea do xá, a princesa Ashraf, tornava-se celebridade internacional. Foi durante algum tempo presidente da Comissão de Direitos Humanos das Nações Unidas, onde defendeu o regime iraniano contra o que chamava de "alegações não comprovadas de torturas e assassinatos generalizados por parte da Savak".²

Entre 1963 e 1973, depois desses episódios, política e economicamente o Irã se manteve de certo modo estável. O aumento dos preços do petróleo favoreceu o crescimento econômico. De 1963 a 1967, a economia iraniana cresceu consideravelmente, graças aos aumentos e também à exportação de aço. A inflação cresceu no mesmo período e, embora a economia crescesse, o padrão de vida dos pobres e das classes médias urbanas não melhorava. Em vez disso, apenas a rica elite e os intermediários das companhias ocidentais se beneficiavam. O governo também gastava grandes somas na compra de armamentos modernos, particularmente dos Estados Unidos.

A articulação dos principais países produtores de petróleo deu-se nessa época, tendo inicialmente por objetivo evitar

² Depois da revolução de 1979, consolada por sua parte dos bilhões de dólares que a família contrabandeara do Irã ao longo dos anos, fixou residência em Nova York. Em suas memórias, admitiu a existência da Operação Ajax, da CIA e da Grã-Bretanha, e estimou seu custo em um milhão de dólares (de 1953...).

o aviltamento constante dos preços do combustível. No dia 14 de setembro de 1960, os cinco principais produtores de petróleo (Arábia Saudita, Irã, Iraque, Kuwait e Venezuela) fundaram, em Bagdá, a Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep). A criação da Opep foi um movimento reivindicativo em reação a uma política de achatamento de preços praticada pelo cartel das grandes empresas petroleiras ocidentais, as chamadas "sete irmãs" (Standard Oil de New Jersey; Royal Dutch Shell; Mobil; Texaco; Gulf; British Petroleum; e Standard Oil da Califórnia).

Mudanças na estrutura do mercado internacional do petróleo haviam começado a emergir após a Segunda Guerra Mundial. O petróleo estava se tornando a fonte primária de energia dos países desenvolvidos, entre eles os da Europa Ocidental e o Japão, todos importadores absolutos. Em 1950, também os Estados Unidos se tornaram importadores líquidos de petróleo, já que seu consumo superou a produção doméstica. O crescente sucesso do petróleo no mercado internacional e o nacionalismo em expansão dos países anfitriões (aqueles com reservas petrolíferas) produziram modificações nos acordos de concessão para exploração, gerando novo princípio de distribuição, "meio a meio", em termos de royalties e impostos, entre as empresas e seus respectivos anfitriões.

Todavia, ainda na década de 1950 e parte da de 1960, as grandes empresas controlavam o mercado e mantinham os preços suficientemente atrativos para desencorajar o desenvolvimento de outras formas de energia. Os europeus estabeleceram um imposto sobre o petróleo para proteger a indústria carvoeira local contra os preços baixos do petróleo. Nos Estados Unidos, onde a produção e os preços do petróleo eram mais altos do que os internacionais, as empresas locais obtiveram apoio e proteção do governo para sobreviver.

Novas empresas, contudo, conseguiram adentrar o mercado, obtendo concessões na Argélia, na Líbia e na Nigéria. Em 1952, as sete irmãs produziam 90% do petróleo cru fora dos Estados Unidos e dos países comunistas, enquanto, em 1968, o

percentual foi reduzido para 75%. Crescentemente, elas passaram a perder controle sobre os preços internacionais por não conseguirem restringir a oferta. Em 1958, os Estados Unidos estabeleceram cotas, por razões de segurança nacional, para proteger e garantir a sobrevivência da produção doméstica diante do petróleo importado mais barato. As cotas isolaram os Estados Unidos da absorção de novos suprimentos, levando, em 1959-1960, as empresas internacionais a reduzirem os *posted prices* (preços usados para calcular impostos), o que gerou descontentamento nos países anfitriões ao reduzir suas receitas. Tal decisão engendrou o início da cooperação dos países produtores, que resultou na criação da Opep.

Em janeiro de 1961, a carta da Opep, adotada na conferência de Caracas, definiu os três objetivos da organização: aumentar a receita dos países membros para promover o desenvolvimento; assegurar aumento gradativo do controle sobre a produção de petróleo, ocupando o espaço das multinacionais, e unificar as políticas de produção. A Opep aumentou os royalties pagos pelas transnacionais, alterando a base de cálculo delas, e as onerou com um imposto.

A política interna estadunidense de prevenção do excesso de oferta, levada a efeito pela limitação de sua produção e pelo estabelecimento de cotas compulsórias, estabelecidas a partir do fim da década de 1950 sobre petróleo importado, foi largamente responsável pela criação da Opep, que se deu como resposta à tentativa americana de transferir o fardo do ajuste de preços às condições do mercado internacional para o restante do mundo. A Venezuela, já grande produtora de petróleo, foi particularmente atingida pelas restrições estadunidenses, e tornou-se crucial na criação da Opep que, em sua primeira década, foi expandida de cinco para treze membros, englobando a produção de 85% do petróleo exportado no mundo.

Em janeiro de 1968, após a Guerra dos Seis Dias (junho de 1967) entre Israel e os países árabes, em contexto de déficit de oferta, a Opep conseguiu um acordo com as companhias ocidentais, eliminando o desconto sobre o preço de venda. No

fim da década, o barril já valia US\$ 1,80. A partir da década de 1970, a Opep se tornou ferramenta particularmente eficiente para os países produtores. Seguindo a liderança da Líbia que, sob o governo de Khaddafi, a partir de 1969, exigiu aumentos nos *posted prices* e nos impostos sobre o petróleo (ameaçando nacionalização da produção caso não fosse atendida pelas empresas produtoras), outros membros da Opep enveredaram pelo mesmo caminho.

Uma conferência sobre nacionalização, requisitada pela Opep, congregou empresas internacionais e produziu um acordo de aumento gradual da propriedade dos anfitriões sobre a produção até a marca de 51%, a ser atingida em 1982. Contudo, acordos adicionais foram impedidos pela resposta (aumento unilateral de preços do petróleo) dos países da Organização de Países Árabes Exportadores de Petróleo (Opaep), sendo seguidos pelos outros membros da Opep. A década de 1970 produziu, em última instância, a transferência do controle sobre a produção de petróleo das sete irmãs para a Opep.

Em 1971-72, a Opep, que já detinha na época dois terços das exportações mundiais de óleo bruto, iniciou o processo de nacionalização. Finalmente, em outubro de 1973, aconteceu a primeira "crise de petróleo". Durante a guerra do Yom Kippur, entre Israel e os países árabes, a Opep aumentou o preço do óleo entre 70 e 100%. Os produtores árabes declararam embargo aos países considerados favoráveis a Israel (Estados Unidos e Holanda, basicamente). O preço do óleo aumentou 400% em cinco meses (até março de 1974), com um novo aumento de 100% na conferência de Teerã em 23 de dezembro desse ano. Em novembro de 1973, o presidente norte-americano Richard Nixon anunciou o Projeto Independência, para tornar os Estados Unidos autossuficientes em energia. Na época, o país importava um terço das suas necessidades de petróleo. Hoje, importam muito mais.

Ainda em 1973, o xá, retomando, ironicamente, o velho projeto de Mossadegh, expropriou as companhias estrangeiras e concedeu à Companhia Nacional Iraniana de Petróleo (Nioc),

companhia estatal, o total controle da indústria do petróleo. O Irã já era o quarto produtor mundial de óleo cru e o segundo exportador. Evidenciando a nova força política dos países petroleiros, em março de 1975, aconteceu o primeiro encontro dos chefes de Estado dos países membros da Opep, em Argel. No Irã, a crise do petróleo provocou terrível inflação no país, levando ao desemprego mais de um milhão de pessoas, além de levar à falência muitos comerciantes que não conseguiram suportar a concorrência estrangeira no mercado. E, pela primeira vez, a inflação passou a afetar também a classe média.

Mas, o que foi a crise do petróleo? A partir de 1973, como vimos, o petróleo passou a ser usado como arma política pelos Estados árabes. Aparentemente como reação da Opep aos países que apoiaram Israel na guerra do Yom Kippur, o preço do barril sofreu grande aumento. Já anteriormente, durante a Guerra dos Seis Dias (1967), alguns exportadores árabes tentaram impor um embargo, que fracassou porque havia muita capacidade ociosa de produção da qual se poderia lançar mão. Mas, em 1973, o mercado mundial havia mudado; parecia que todos os poços do mundo produziam a plena capacidade, por causa do aquecimento da demanda. Os Estados Unidos já eram o maior importador mundial. E, dessa vez, não havia onde buscar petróleo extra.

O embargo criou pânico global. Compradores competiam furiosamente para obter o que conseguissem, o que empurrou ainda mais os preços para cima. Nos Estados Unidos, a gravidade da situação só foi plenamente compreendida pelos consumidores nas irritantes filas de abastecimento — longas esperas para obter quantidades limitadas de gasolina (na verdade, as filas foram resultado dos controles do governo que impediam a flexibilidade e acentuavam a escassez no mercado). Toda a ordem internacional parecia transformada.

A guerra de 1973, como parte dos conflitos do Oriente Médio, foi provocada pela invasão do território israelense pela Síria ao norte e pelo Egito ao sul, no feriado judeu do Yom Kippur. Israel respondeu violentamente e o conflito armado

terminou em impasse. Sob a influência dos Estados Unidos, da União Soviética e das Nações Unidas, foram feitos acordos de Paz em 1973, 1974 e 1975, que mantiveram os territórios conquistados anteriormente por Israel sem nenhuma mudança.³

A reação dos países árabes foi o aumento do preço do petróleo que, evidentemente, não teve no conflito sua causa fundamental. Após os estadunidenses terem apoiado Israel na guerra, a Opep decidiu impor um embargo aos Estados Unidos (e à Holanda), o que culminou, em 1974, com a criação, a partir da Organização para a Cooperação Econômica e o Desenvolvimento (OCDE), da Agência Internacional de Energia (AIE), com sede em Paris. A criação foi uma resposta coletiva dos países importadores de petróleo às medidas da Opep. O embargo teve maior impacto nos Estados Unidos por suas políticas restritivas em relação à importação de petróleo mais barato e ainda culminou com a dissolução das restrições americanas ao petróleo estrangeiro (na década de 1980), dissolução não muito posterior à transformação dos Estados Unidos

³ Em 1967, houve a Guerra dos Seis Dias. Egito, Síria e Jordânia, sob o comando de Gamal Abdel Nasser, *raís* do Egito, prepararam uma ação conjunta contra Israel. No entanto, com apoio dos Estados Unidos, os israelenses realizaram um ataque frontal, garantindo importante vitória. Como resultado da guerra, o Estado israelense anexou Jerusalém, ocupou a Cisjordânia, a península do Sinai, a faixa de Gaza e as colinas de Golan. O êxodo palestino aumentou, e a recém-criada Organização para Libertação da Palestina (OLP) firmou-se como expressão política e braço armado do povo palestino. Desobedecendo às determinações da ONU, que exigia a devolução dos territórios, Israel manteve suas conquistas. Isso provocou, em 1973, a quarta guerra árabe-israelense. Após a morte de Nasser, principal líder nacionalista árabe, em 1970, Anwar Sadat subiu ao poder. Os esforços de seu governo centraram-se na recuperação dos territórios que o Egito havia perdido para Israel em 1967. Para atingir esse objetivo, Egito e Síria planejaram uma nova ofensiva armada, concretizada em 6 de outubro de 1973, dia em que os judeus comemoravam o Dia do Perdão ou *Yom Kippur*. No início da Guerra do Yom Kippur, os árabes estavam em vantagem, mas a imediata ajuda norte-americana ao Estado sionista mudou os rumos da guerra e Israel manteve o domínio sobre as áreas ocupadas.

em importador líquido de petróleo em meados da década de 1970. Induziu, também, à criação de reservas estratégicas de petróleo nos Estados Unidos e alhures, com o objetivo de se criar uma proteção contra choques internacionais na oferta e nos preços do petróleo.

A crise tem sido designada por alguns economistas e historiadores como a responsável pela grave crise econômica geral deflagrada pela inflação mundial de 1974. A visão, entretanto, exagera nas responsabilidades do aumento de preço e no poder de influência dos países árabes no nível mundial. O aumento de preço do petróleo em quatro vezes pelos países da Opep pode ser visto como um fator adicional, que aumentou os efeitos de um movimento que já estava em curso desde o início da década de 1970, mas não como motivador. A crise ocorrida nesse período deve ser entendida como um movimento estrutural do modo de produção capitalista, uma de suas periódicas crises de superprodução.

Para os países centrais, o aumento do preço do petróleo não representou mais do que 2% no processo inflacionário. A inflação foi alimentada pelo efeito cumulativo de mais de três décadas de práticas inflacionárias. Foi amplificada pela especulação desenfreada dos anos 1972-73 com o ouro, os terrenos, as construções, os diamantes, as joias e as obras de arte e, sobretudo, as matérias-primas, isto é, todos os "valores-refúgio", que são tanto mais apreciados quanto mais o papel-moeda se deprecia. Ela foi reforçada pela prática dos "preços administrados" impostos pelos monopólios, e acentuada pelos gastos militares colossais, que não pararam de aumentar desde inícios da década de 1950. Em agosto de 1971, antecipando a crise declarada, o governo de Richard Nixon declarou a não conversibilidade do dólar.

Por outro lado, a ideia de que a crise do petróleo teria provocado deflação, por cortes na produção e na demanda, provocados pela saída de capitais dos países centrais para a Opep, também é falsa. Esses capitais não ficaram entesourados nos cofres dos países árabes, ao contrário, voltaram, sob a for-

ma de "petrodólares", para os países centrais. Como a maioria dos países da Opep eram países subdesenvolvidos, os recursos excedentes oriundos do aumento do preço do petróleo passaram a ser utilizados para financiar seus planos de desenvolvimento. Contratando obras, produtos e serviços dos países desenvolvidos, os petrodólares realimentaram as economias desses países acentuando a tendência inflacionária geral pela alta dos custos e pelo aumento de liquidez.

A imensa acumulação de capital dos países árabes, prevista pelo Banco Mundial, não se concretizou. A previsão de 650 bilhões de dólares em reservas foi revista em 1978, quando as reservas de câmbio deles estavam em 280 bilhões. Os grandes gastos no "desenvolvimento", nesses países, fizeram que eles se tornassem logo deficitários em sua balança de pagamentos. A importação de máquinas e fábricas prontas pelos países da Opep foi vista por muitos economistas como o motor de uma nova fase de expansão do capitalismo, o que não se confirmou porque, entre outros fatores, a dinâmica dos preços é incerta; os países desenvolvidos buscavam uma progressiva substituição de energia, o que lhes tornaria menos dependentes da Opep e diminuiria o poder de pressão da organização dos países árabes; além do que, a industrialização não era fácil nos países árabes, por sua "estrutura socioeconômica arcaica", isto é, pela monumental concentração de renda e a pobreza da maioria da população, que contribui para o raquitismo do mercado interno.

Na recessão de 1974-1975, o cartel multiestatal do petróleo conseguiu se manter com a economia relativamente estável, ao contrário dos demais países do Terceiro Mundo que mergulharam em profunda crise. Essa manutenção deveu-se fundamentalmente à diminuição da produção do petróleo para a manutenção do preço internacional, volume que foi controlado de perto pela Opep. Apesar da diminuição da produção, os países mantiveram assim uma renda nacional alta que foi empregada nas importações. As grandes somas de capitais foram controladas pelos governos dos Estados membros da Opep.

A origem dos capitais excedentes é a exploração de petróleo, mineral, fonte de energia, encontrado de forma bruta na natureza. Os proprietários dessas jazidas são os Estados onde o mineral é encontrado: o que é pago ao dono da terra/jazida não deixa de ser uma renda fundiária, nos termos assim definidos por Marx em *O capital*:

O capitalista arrendatário paga ao proprietário das terras, ao dono do solo que explora, em prazos fixados, digamos, por ano, quantia contratualmente estipulada (como o prestatário do capital-dinheiro paga determinado juro) pelo consentimento de empregar seu capital nesse ramo especial de produção. Chama-se esta quantia de renda fundiária, e tanto faz que seja paga por terra lavradia, ou por terreno de construção, mina, pesca, floresta, etc.

Os exploradores diretos das minas de petróleo, na maioria dos casos, não eram os Estados proprietários, e sim as grandes companhias multinacionais exploradoras de petróleo, que tinham sua tecnologia contratada pelos Estados membros da Opep, ou a eles pagavam renda pela exploração das jazidas. A mudança na relação do capital com a propriedade agrária no nível internacional pode ser a explicação para a crise do petróleo de 1973.

Nas esferas de produção que dependem diretamente da natureza, a lei do valor (*o valor da mercadoria equivale ao tempo de trabalho socialmente necessário para sua produção*) atua de maneira modificada. Na produção capitalista de mercadorias, o aumento da produtividade do trabalho pode fazer os preços baixarem pela concorrência. Nos ramos da produção que dependem diretamente da natureza, a lei atua modificada já que aqueles dependem mais das condições naturais que da atividade do homem. Na esfera da produção energética, as principais mercadorias são o petróleo e o carvão. A produtividade do trabalho na extração do petróleo é maior do que na extração do carvão, cujas minas são cada vez mais difíceis de explorar.

Sendo menos rentável, o carvão deveria ser eliminado, pela concorrência; pelo petróleo, o que não ocorreu.

Historicamente, a produção de carvão é anterior à do petróleo, e a tecnologia utilizada em sua exploração é mais simples. Contudo, os Estados Unidos passaram a extrair petróleo a um preço individual de produção mais baixo que o carvão e, com a crescente necessidade de energia, buscaram-se novas fontes, descobrindo-se as enormes reservas da Venezuela e do Oriente Médio, que tinham condições naturais muito melhores que as dos Estados Unidos. Nos anos 1960, a produção de petróleo superou a de carvão.

De forma geral, o carvão deveria ser totalmente suprimido pelo petróleo. Isso não ocorreu, em primeiro lugar, porque no setor de energia a produtividade do trabalho mais elevada não pode ser generalizada, por estar ligada a uma base natural, que são os poços, e estes não se reproduzem à vontade. Em segundo lugar, porque Estados Unidos, Alemanha, Grã-Bretanha e França protegem suas fontes naturais de energia intervindo no processo de formação do valor. Esses países adotaram medidas para evitar a dependência do petróleo importado, como a restrição das importações, a subvenção à produção nacional e a introdução de impostos à importação, que foram incorporados ao preço do petróleo importado.

Assim sendo, o preço se forma pela fonte menos rentável, que é o carvão europeu, de forma que sua exploração proporcione lucro. A fonte mais rentável, que é o petróleo médio-oriental, não chega ao mercado consumidor pelo seu verdadeiro valor em razão dos acréscimos que sofre com a carga de impostos. O petróleo dos Estados Unidos, por sua vez, atinge lucro médio maior do que o carvão europeu. Não eram os países produtores os que mais ganhavam com a produção de petróleo. O preço individual fixado no Golfo Pérsico oscilava, entre 1953 e 1973, entre \$ 1,60 e \$ 2,75 o barril; com os impostos, porém, ia para \$ 10,00 no mercado mundial.

A criação da Opep iniciou um novo confronto: a crise resultante, na verdade, era a luta por uma nova repartição da

renda agrária. Formada pelas classes dominantes dos países exportadores de petróleo, a Opep elevou o preço do petróleo bruto, impondo limites à concorrência entre os países produtores, com a formação de um cartel. Os países capitalistas desenvolvidos não ficaram reféns da Opep, buscaram novas fontes de energia, entre elas a atômica, a solar e a produção do petróleo sintético, além de pesquisar em outras regiões do mundo novas jazidas de petróleo. Os países subdesenvolvidos também procuraram saída, entre elas o Programa Pró-Álcool no Brasil, que teve vida curta.

Vejamos algumas interpretações sobre a origem dessa crise, que fazem parte de uma controvérsia a respeito da autonomia ou da dependência dos Estados da Opep em relação aos países desenvolvidos. A primeira delas apresenta os Estados da Opep cumprindo ordens sob a tutela direta do imperialismo norte-americano, contra seus concorrentes (europeus e japoneses). Segundo a interpretação, os Estados Unidos teriam sido responsáveis pelo aumento do preço do barril de petróleo em 1973 e pela crise que se sucedeu. O país teria atuado por intermédio das classes dominantes dos principais Estados petroleiros, que estariam sob as ordens das sociedades multinacionais e dos Estados Unidos, e desejosas de serem beneficiadas pelas instituições públicas e privadas daquele país. A interpretação não se sustenta quando se lembra que os Estados Unidos não teriam nenhum interesse em agravar uma crise do sistema monetário que já estava presente desde o início da década de 1970, com a desmonetização do dólar.

A segunda interpretação parte do princípio de uma completa autonomia dos países árabes em relação ao capitalismo internacional, e identifica o aumento do preço do petróleo e a mudança da relação com o capital internacional como um combate anti-imperialista, parte de uma luta dos povos do Terceiro Mundo por sua independência política e econômica, argumento que, obviamente, ignora as relações de classe nesses países.

A disputa internacional em torno do preço do petróleo foi uma luta pela apropriação da renda diferencial (aquela

originada nas diferenças naturais de fertilidade, ou riqueza, do meio natural). Comportou também uma disputa intermonopolista, pois a escala mundial, a "fatura petroleira", devia ser paga, em primeiro lugar, pelos países e empresas consumidoras de energia que dependiam das importações (a maioria dos países europeus e o Japão), o que fortalecia a burguesia norte-americana diante deles e, dentro dos Estados Unidos, pelo setor empresarial que se encontrava na mesma situação. O "choque do petróleo" inscreveu-se, portanto, dentro do acirramento das disputas entre os monopólios e os países capitalistas centrais, provocado, porém, por uma crise preexistente. As grandes refinadoras e distribuidoras de petróleo (as sete irmãs) foram, em graus diversos, as principais beneficiadas pelo aumento da "fatura petroleira".

A interpretação que nos parece mais correta é que os Estados da Opep, com certa autonomia diante dos países desenvolvidos, pela propriedade dos poços de petróleo, eram e são também dependentes deles, pois são países "subdesenvolvidos", não possuem autonomia tecnológica nem financeira. Têm sua riqueza apenas na propriedade dos poços de petróleo, mas devem vender a energia, como países dependentes do mercado internacional. A explicação da crise econômica mundial pela "crise do petróleo" foi uma tentativa ideológica de ocultar as verdadeiras raízes daquela crise, situadas nas leis da acumulação capitalista, estas operando em escala mundial.

O que fazia o Irã com a sua nova fabulosa renda petroleira? Em 1973, véspera do "choque", a renda petroleira iraniana ascendia a 3,5 bilhões de dólares. Em 1974, logo depois do choque, o montante ascendia a 18 bilhões de dólares. Em 1977, atingiria 30 bilhões de dólares, quase decuplicando o montante de quatro anos atrás. O dinheiro literalmente chovia sobre o Irã, isto é, sobre sua restrita classe dominante e, em especial, sobre a sua mais que restrita autocracia governante.

Vozes de alarme começaram a se manifestar logo depois do "choque do petróleo". Em março de 1975, um jornalista do *New York Times*, Charles Sulzberger, revelou que o xá fechara

um acordo comercial no valor de 15 bilhões de dólares com os Estados Unidos, para ser cumprido em cinco anos. Parte do acordo seria cumprida com a entrega de oito reatores atômicos norte-americanos, que ficariam sob vigilância para não serem convertidos em fins militares. Trinta anos depois, outra será a política, o que demonstra que, para os Estados Unidos, o problema não é a energia atômica, mas quem a possui.

Bernard Weintraub, também do *New York Times*, denunciou o xá como “a figura central do golpe” que levou à quadruplicação dos preços do petróleo e à militarização do Golfo Pérsico. Em 1976, o que eram tímidas informações atribuídas a “esquerdistas radicais” transformaram-se em denúncia da Comissão Internacional de Juristas: o Irã não está se armando apenas para se defender de inimigos externos; os opositores internos estão sendo caçados e torturados pela Savak, a polícia secreta.

Pela primeira vez, levantaram-se objeções nos Estados Unidos, quando o Irã pediu que lhe vendessem sete Boeings 707 equipados com radar avançado e outros dispositivos eletrônicos que, conjugados com os radares de terra, eram capazes de detectar aviões inimigos, rastrear e guiar aviões de defesa. Perguntaram, alguns especialistas, se não havia perigo de que o equipamento avançadíssimo viesse a cair em mãos da União Soviética. Mas o Irã (o xá) conseguiu, ainda uma vez, o que queria. Mal imaginavam os satisfeitos vendedores do complexo militar-industrial norte-americano quem herdaria esse arsenal...

5. O FIM DA DINASTIA PAHLEVI E A REVOLUÇÃO

Com a barganha mundial do petróleo, o xá tentou transformar o Irã na “quinta nação mais poderosa do mundo”. Em outubro de 1971, em Persépolis, celebrou o aniversário da fundação do Império Persa por Ciro. A festa, faraônica, contou com a presença do *jet set* internacional, reis e princesas, atores e atrizes de cinema, cantantes e políticos, frequentadores das colunas sociais da época (e alguns, também das atuais). Enquanto a festa acontecia, a guerrilha *mujahedeen* conseguia fazer explodir a central elétrica de Teerã (mas fracassaram por pouco no sequestro de um avião da Iran Air). A repressão contra a esquerda tornou-se selvagem, com torturas indizíveis e milhares de fuzilamentos clandestinos.

Os *mujahedeen* islâmicos foram se aproximando da guerrilha *fadayin* de declarada inspiração marxista, influenciada pela ala marxista da Organização para a Libertação da Palestina (OLP). A atividade guerrilheira cresceu muito daí por diante com assaltos a bancos, execução de um importante militar dos Estados Unidos e do chefe da polícia iraniana, atentados contra o mausoléu do xá Reza Khan e os escritórios da El Al, Shell, British Petroleum e British Airways.

A maioria do povo assistia com indignação crescente ao festival de esbanjamento dos ricos antigos e dos novos-ricos, e de seus comparsas internacionais.¹ O boom do petróleo viera

¹ Os mesmos que, oito anos depois, em 1979, virariam ostensivamente as costas, nos Estados Unidos, a um xá canceroso e fugitivo de seu país em revolução. A traição nacional não dá direitos à aposentadoria...

acompanhado da inflação, da emigração agrária para zonas urbanas, da escassez de moradia e de infraestrutura insuficiente, e de um enorme abismo de desigualdade nas rendas da população. O descontentamento com a corrupção, com os gastos supérfluos e a com violenta repressão aumentou.

A decadência do regime foi bem ilustrada com a comemoração dos 2500 anos da fundação do Império Persa: três dias de celebrações a um custo total de US\$ 300 milhões. Entre as extravagâncias do xá havia uma tonelada de caviar preparada por duzentos *chefs* vindos diretamente de Paris. Enquanto isso, muitos no país nem sequer tinham o que comer.

Em 1965, haviam entrado no Irã 522 milhões de dólares na qualidade de investimento estrangeiro; em 1969, 938 milhões. Foram gastas enormes somas com o aparato do Estado, infraestrutura e promoção industrial. Das noventa empresas estrangeiras que investiram nesses anos no Irã, metade era estadunidense. Mas o Estado iraniano era ainda o principal motor do crescimento industrial, responsável por 40% a 50% do investimento total. Com o aumento dos preços do petróleo, em 1973, a economia cresceu rapidamente.

O barril de petróleo chegou a 11,65 dólares no mercado mundial, decuplicando se comparado com o preço de 1,79 dólar em 1971. Os investimentos externos saltaram para 22 bilhões de dólares em 1974. Surgiram os planos econômicos de desenvolvimento. Os salários dos trabalhadores qualificados aumentaram, assim como a afluência da população rural para as cidades. A quadruplicação dos preços do petróleo em 1973-1974 multiplicou por vinte a renda do Irã com a exportação do produto, chegando a uma receita de nada menos que 24 bilhões de dólares anuais. O Irã passou para um estágio de crescimento desordenado.

Na década de 1970, a cada ano migravam para as cidades 380 mil pessoas. O que teve impacto negativo na agricultura, com queda da produção e aumento dos preços dos alimentos. O Irã, antes autossuficiente em produção de alimentos, tornou-se gradativamente dependente de importação para 50% do con-

sumo. Com a emigração da população para as zonas urbanas (Teerã, por exemplo, ganhou um milhão de habitantes em cinco anos), os novos contingentes vieram agravar a carência de infraestrutura sanitária, serviços médicos e escolas sem falar no desemprego. Paralelamente, cerca da metade das receitas do petróleo era destinada anualmente à compra de armamentos.

Em apenas dois anos, os aluguéis em Teerã aumentaram 300%. Uns poucos fizeram grandes fortunas graças à especulação imobiliária; a inflação, no entanto, afetou duramente os trabalhadores, os camponeses e a pequena burguesia urbana. Com a migração dos camponeses para a cidade, a população urbana dobrou e atingiu 50% do total. Teerã passou de 3 milhões para 5 milhões de habitantes entre 1968 e 1977, enquanto brotavam quarenta favelas na periferia da cidade.

Internacionalmente, o xá Reza Pahlevi tinha a seu favor um insólito consenso internacional. Até o último momento, seu governo teve o apoio de países como China, Estados Unidos e mesmo a União Soviética – os russos, na verdade, sempre preferiram o xá, com quem estabeleceram pacata convivência. Apoiada em forte esquema repressivo e em suas relações com os Estados Unidos, a monarquia iraniana montou um vasto sistema de corrupção e privilégios. E, sob Reza Pahlevi, o Irã foi o único membro da Opep a ignorar o embargo de petróleo a Israel, decretado pelos árabes em 1973. Até 1979, foi responsável por 60% do petróleo consumido naquele país.

O regime do xá, o autoproclamado descendente verdadeiro do “Trono do Pavão” de 2500 anos, decidiu, em 1975, empreender um novo esforço para controlar a sociedade iraniana. O esforço visava, entre outras coisas, a diminuir o papel do islamismo na vida do reino, ressaltando, para isso, as conquistas das civilizações pré-islâmicas do país, especialmente a civilização persa. Assim, em 1976, o calendário islâmico, lunar, foi banido do uso público e substituído por um calendário solar. Publicações marxistas e islâmicas também sofreram forte censura. O xá trovejou, em 1976: “Nós não tínhamos ainda pedido o autossacrifício das pessoas. ... As coisas agora irão

mudar. Todos deverão trabalhar duro e terão de estar preparados para fazer sacrifícios a serviço do progresso da nação”.

Também foram divididas terras das instituições religiosas (o que diminuiu suas rendas) e concedido o direito ao voto às mulheres (o que foi visto pelos líderes religiosos como um plano para “trazer as mulheres para as ruas”). Com os bilhões de dólares do petróleo, o xá dotou suas Forças Armadas, de quase 500 mil homens, dos mais sofisticados equipamentos de que se tem notícia – só os Estados Unidos venderam ao Irã 12 bilhões de dólares em armas entre 1972 e 1978. A brutal polícia política – a Savak – deu ao Irã, em 1977, segundo a organização Anistia Internacional, o primeiro lugar no mundo entre os países violadores de direitos humanos.

As condições sociais declinantes foram causando profundo ressentimento nos trabalhadores, nos camponeses e até nas classes médias, ressentimento que se transformaria, depois, em movimento revolucionário de massas. Greves gerais chegaram a paralisar a produção petroleira. À medida que a desigualdade crescia, os protestos aumentavam. Até elementos moderados se incomodaram com a crescente autocracia e a crescente repressão da polícia secreta. Muitos deixaram o país antes da revolução, enquanto outros começaram a se organizar.

Isso acontecia em um período de auge da economia iraniana, que fortaleceu enormemente o proletariado. O aumento da renda procedente do petróleo favoreceu o crescimento da indústria iraniana, processo que se acelerou a partir de 1973. O PIB cresceu, em 1973-1974, 33,9%, e em 1974-75, 41,6%, cifras espantosas. A indústria cresceu rapidamente, mas ao desenvolver as forças produtivas, o regime criava o seu coqueiro: o proletariado iraniano, que além de crescer, era uma classe muito jovem e aguerrida, não desmoralizada pelas derrotas do passado.

Uma nova onda de lutas operárias abalou o país em 1977. Em 1976, o governo anunciara um programa de ajuste econômico, que dava fim ao “plano de desenvolvimento”. Foram reduzidos em 40% os projetos de expansão industrial. O desemprego aumentou e os salários baixaram, a classe operária reagiu,

explodindo greves no setor têxtil em Abadan e Besar, com reivindicações salariais.

Ao mesmo tempo, um movimento passou a se organizar nas mesquitas, mediante sermões que denunciavam a maldade do Ocidente e dos valores ocidentais. O choque entre uma crescente população jovem e um regime que não oferecia nem os avanços de um Estado moderno, nem a estabilidade de uma sociedade tradicional criou as condições para uma revolução. A população mais pobre do país tendia a ser o segmento mais religioso e o menos ocidentalizado. Os pobres viviam predominantemente no campo, ou habitavam favelas das grandes cidades, especialmente em Teerã.

O Irã era, como já mencionado, o segundo maior exportador de petróleo, em 1978; e o quarto maior produtor. Quando o preço do petróleo quadruplicou, a renda nacional disparou. Mas com 45 famílias abocanhando 85% da renda nacional, o hiato entre as classes crescia. Em agosto de 1977, com a inflação por volta de 50% ao ano e uma dívida externa calculada em 10 bilhões de dólares, o governo resolveu restringir o crédito. Para agravar a situação, o momento de frustração das expectativas abertas pelo petróleo coincidiu com uma tímida política de liberalização política. Ou seja, ao mesmo tempo que se aprofundava a insatisfação popular, abriam-se canais para sua manifestação. Segundo alguns analistas (incluídos os saudosistas da “modernização” do xá), a combinação teria sido fatal para o regime.

Uma crise nas relações com os Estados Unidos se esboçou em 1977. Em outubro desse ano, o senador Robert Byrd propôs uma moratória na venda de armas ao xá. Em quatro anos, os Estados Unidos haviam vendido armamentos no valor de 18,5 bilhões de dólares ao Irã. Nos últimos doze meses, 5,5 bilhões: “É a mais espantosa quantidade de armamento liberada para um só país”. E o Irã ainda queria mais 140 caças F-16. Outros críticos advertiam: se o Irã entrar em alguma guerra, os Estados Unidos imediatamente estarão envolvidos, por causa de seus 45 mil técnicos a serviço do xá.

Em outubro de 1978, as compras militares do Irã nos Estados Unidos já haviam ultrapassado os 20 bilhões de dólares. E Reza Pahlevi queria mais. Ele pediu ao presidente Carter: mais oitenta aviões de combate F-14 Tomcat (já tinha outros oitenta), capazes de enfrentar os mais recentes Migs soviéticos, e modificados para poderem operar a partir de bases terrestres (eram aviões planejados para a Marinha norte-americana, que desistiu deles por causa do alto custo de 14 milhões de dólares por aparelho); mais 140 F-16, do tipo utilizado pela Otan (já havia outra encomenda iraniana de 160 aparelhos desse tipo); 31 modelos avançados do bombardeiro Phantom; F-4E, armados com mil mísseis Shrike ar-terra; 150 aviões de transporte C-130; três Boeings 747 e 12 Boeings 707 para reabastecimento em voo. Ao todo, uma compra de 10 bilhões de dólares.

E com uma diferença, denunciada nos Estados Unidos por *The Nation*: seria uma compra de armas mais ofensivas que defensivas. As esquadrilhas de F-4, F-14 e F-16, conjugadas com os aviões reabastecedores, dariam ao Irã capacidade para atacar muito além de suas fronteiras. Os mil mísseis Shrike seriam capazes de inutilizar qualquer defesa antiaérea durante um ataque. E cada avião Hércules C-130 poderia transportar 92 soldados equipados; portanto, só os 150 novos aparelhos que o Irã pretendia comprar poderiam transportar uma força invasora de 13.800 homens equipados.

A fúria comercial dos fabricantes de morte dos Estados Unidos combinava-se com a fúria homicida do ex-playboy ariano da Côte d'Azur, transformado em baluarte estatal do Ocidente no Oriente Médio, para produzir um resultado que eles não poderiam imaginar nem em seus piores pesadelos. Estaria o xá indo longe demais em suas pretensões de transformar-se em potência do Golfo Pérsico? A resposta a essa pergunta já se fazia notar nas ruas de Qom e de Teerã. Nos Estados Unidos, as mesmas pessoas que antes exaltavam o xá começavam agora a falar em corrupção e, principalmente, em incompetência.

Se continuasse a exportar 6 milhões de barris de petróleo por dia, como vinha fazendo, o Irã, embora detentor da

segunda maior reserva conhecida, esgotaria seu petróleo até 1990. Seu Produto Interno Bruto estava crescendo espantosamente, mas sem beneficiar em nada a maior parte da população. Em 1977, os investimentos feitos deveriam gerar 2,1 milhões de empregos, mas só havia 1,4 milhão de pessoas qualificadas para ocupá-los. Pior que tudo, surgiram evidências de que as imensas compras de armamentos já não se destinavam apenas a defender o país de eventuais agressões externas. Estavam sendo compradas armas para conter as reivindicações populares, internas.

Só a Inglaterra, segundo *The Nation*, exportara em 1978 para o Irã 8 mil fuzis especiais para conter manifestações populares; 26 mil cargas de gás e 26 mil granadas; outras 20 mil granadas com carga de fumaça e 2 mil com cargas para dissipar fumaça; 20 mil escudos especiais para conflitos de rua; 20 mil máscaras; 20 mil capacetes; 20 mil cassetetes e 5 mil outras armas especiais para conter distúrbios. Também os Estados Unidos continuaram exportando gás lacrimogêneo, munição para tropas especializadas em conter distúrbios de rua e equipamentos para espionagem interna. Foi assim que o Irã chegou a consumir 25% de seu PIB em armamentos – proporcionalmente, três vezes mais que a União Soviética e os Estados Unidos, seis vezes mais que a Inglaterra. No momento em que à megalomania, à incompetência e à corrupção se somou a revolta popular, terminou o sonho de restauração do Grande Império Persa, do “Japão do Oriente Médio”, guardião armado dos interesses dos países ocidentais industrializados.

Manifestações de massas envolveram o Irã entre outubro de 1977 e fevereiro de 1978. Aproximadamente 90% dos iranianos colocaram-se contra o governo ao longo de 1978. Demandando direitos democráticos e a partilha da riqueza do país, os estudantes, e posteriormente a classe trabalhadora, desafiaram as forças repressivas. Depois da repressão contra centenas de manifestantes na cidade sagrada de Qom, em janeiro de 1978, uma greve geral de 2 milhões em Teerã propagou-se para Isfahan, Shiraz e também para a cidade santuário de Mashad.

Em agosto de 1978, depois do incêndio criminoso de um cinema em Abadan (com quatrocentas mortes), 50 mil pessoas se manifestaram ameaçando “queimar o xá”. Em setembro, aconteceu o massacre da chamada “sexta-feira negra”, em que entre 2 mil e 4 mil pessoas foram mortas pelas forças de segurança do xá Pahlevi. A praça Jaleh, teatro do massacre, seria rebatizada como “Praça dos Mártires”. Detalhe importante: em 29 de agosto, o xá recebera a visita “comercial” de Hua Kuo Feng, premiê da China, “sucessor eleito” do lendário Mao Zedong, de fato uma visita para dar ao xá apoio político em hora difícil.

Em 5 de setembro, o embaixador iraniano nos Estados Unidos, o já conhecido general Zahedi, chegou com um recado da suposta “pomba” Jimmy Carter e da CIA: era necessário um “golpe de força” para terminar com a agitação. Em poucas semanas, diante da revolução incontornável, os Estados Unidos mudariam de política... E ainda no mesmo mês de setembro, o acontecimento que mudaria o rumo da história do país: começaram as greves que culminariam na greve geral dos trabalhadores do petróleo.

As greves paralisaram toda a máquina estatal, sobretudo quando se somaram a elas os funcionários públicos, mas foram os 33 dias de greve dos trabalhadores do petróleo os que paralisaram o país. A greve petroleira provocava perdas superiores a 74 milhões de dólares diários. Em 8 de setembro de 1978, o Exército assassinara milhares de manifestantes em Teerã. Os trabalhadores responderam convocando uma greve, então a faísca que acendeu a dinamite acumulada por todo o país. Em 9 de setembro, os trabalhadores da refinaria petroleira de Teerã entraram em greve para protestar contra o massacre do dia anterior e exigir o fim da lei marcial. No dia seguinte, a greve se estendera como mancha de óleo a Shiraz, Thariz, Abadan e Ispahan. Todos os trabalhadores das refinarias entraram em greve. As reivindicações econômicas rapidamente se transformaram em políticas: “Abaixo o xá”, “Abaixo a Savak”. Em seguida, entraram em greve os trabalhadores do petróleo de Ahwaz, seguidos pelos do Khuzistão. A classe operária

conquistava um papel de protagonista independente na revolução.

A oposição “moderada” (burguesa), liderada pela Frente Nacional de Oposição de Mehdi Barzagan, que previamente havia limitado suas ambições em conseguir do xá a divisão de poder, foi forçada, no desenvolvimento de uma atmosfera “vermelha”, a adotar um programa “semisocialista”. No economicamente “semidesenvolvido” Irã, com grande número de analfabetos e mais da metade das pessoas vivendo no campo, as palavras dos *mulás* tornaram-se poderosas fontes de atração para os camponeses, partes da classe média, e mesmo trabalhadores. Enquanto a Frente Nacional buscava compromissos com a dinastia, Khomeini, desde o exílio, pedia a sua deposição.

Recebendo no mês de setembro Elisam Narighi, chefe do Instituto de Pesquisa Social de Teerã, o xá perguntou-lhe sobre a origem das agitações. Narighi respondeu-lhe que a origem era... o próprio xá. Diante da surpresa deste (que “esperava que eu respondesse: os palestinos, os comunistas, Khadaffi, Khomeini, ou até os americanos”), Narighi lembrou-lhe que, em 1962, o xá fora a Qom para atacar os chefes religiosos como “reacionários”, por terem estes criticado a reforma agrária e a elegibilidade das mulheres para cargos políticos. Daí em diante, os *mulás*, para preservar seu espaço na sociedade, dedicaram-se a rejeitar a acusação de reacionarismo, apresentando-se como mais revolucionários do que o xá e sua “revolução branca”.

Seguindo os conselhos de Ali Chariati,² (*guia espiritual* de toda uma geração de iranianos, teórico do “islamismo re-

² Do ponto de vista ideológico, Ali Chariati (1933-1977) foi o personagem-chave da revolução iraniana. Mereceria estudo à parte, que não cabe aqui fazer. Defensor de um islamismo que incorporasse aspectos do pensamento marxista, foi considerado o teórico dos *mujahedeen*, o principal grupo guerrilheiro na luta contra o xá, e nas primeiras etapas da própria revolução, em realidade a verdadeira ala militante da “revolução islâmica”, sem a qual a revolução não teria sido possível. Sobre a importância de Chariati, bastam estas duas opiniões de dois importantes membros da hierarquia xiita: “Chariati criou uma nova *maktab* (doutrina). Foi ele quem levou os jovens iranianos para a

volucionário”), os líderes xiitas compreenderam que deviam se apoiar na juventude e fazer da religião a força mobilizadora, com base na experiência dos movimentos anticolonialistas, inspirando-se em Frantz Fanon.³

revolução” (aiatolá Taleqani); “As obras de Chariati foram essenciais para a revolução. As do imã Khomeini não eram exatamente adequadas para conquistar a nova geração” (aiatolá Beheshti). Posto no Panteão dos heróis do país, a obra de Chariati arrisca hoje cair no esquecimento...

³ Chariati reinterpretoou o Islã de forma “terceiro-mundista” tanto como compromisso com uma autenticidade cultural não ocidental quanto como apelo à emancipação revolucionária. Vejamos um parágrafo significativo redigido por ele (em tradução do professor Peter Demant, a quem agradecemos termos facilitado o texto): “Deveria esperar-se que o mais sagrado e valioso dos materiais houvesse sido escolhido, mas ao contrário disso Deus escolheu a mais baixa de todas as substâncias [para criar o homem]. Em três ocasiões o Alcorão menciona a substância da qual foi feito o homem. Primeiro utiliza a expressão ‘como argila de cerâmica’ (55:14); ou seja, argila seca, sedimentar. O Alcorão diz ainda: ‘Criei o homem de argila pútrida’ (15:26), terra suja e de mau cheiro; e finalmente utiliza o termo estanho (tin) também significando argila (6:2, 23:12)... Assim o homem é um composto de lama e espírito divino, um ser bidimensional, uma criatura com dupla natureza Uma dimensão inclina-se ao barro e vileza, estagnação e imobilidade... E a natureza do homem, em uma de suas dimensões, aspira precisamente a esse estado de tranquilidade sedimentar ... Mas a outra dimensão, a dimensão espiritual como a chama o Alcorão, aspira a ascender ao mais alto cume concebível a Deus e ao espírito divino. O homem é, então, composto por dois elementos contraditórios, barro e o espírito divino; e seu esplendor e importância vêm justamente do fato de que é uma criatura bidimensional... Todo homem é abençoado com estas duas dimensões, e é seu arbítrio que determina o quanto descerá em direção ao polo de barro sedimentar que existe em seu ser, ou o quanto ascenderá em direção ao polo de exaltação, de Deus e do espírito divino. Este embate constante acontece no interior do homem, até que ele finalmente escolha um dos polos como determinante para seu destino. É por meio (do) arbítrio que o homem alcança superioridade sobre todas as criaturas do mundo ... Por exemplo, você nunca encontrará um animal realizando voluntariamente um jejum de dois dias, ou uma planta suicidando-se por tristeza. Plantas e animais não podem nem realizar grandes feitos nem cometer traição. É para eles impossível agir diferente da forma para a qual foram criados.

A revolução iraniana desdobrou-se rapidamente, adquirindo conteúdo *de classe*. O funcionalismo público e os bancários tiveram papel fundamental na exposição da corrupção do regime. Escriturários dos bancos abriram os livros para revelar que nos últimos três meses de 1978, um bilhão de libras tinham sido retiradas do país por 178 membros da elite, assim como o xá, que havia transferido quantia similar para os Estados Unidos. A classe dominante estava ocupada em preparar um cômodo exílio. Depois de enviar sua família ao exterior, o xá enviou um bilhão de dólares aos Estados Unidos (além de outro bilhão enviado anteriormente a Bonn, à Suíça e a outras partes do mundo). A autocracia e seus esbirros, incluída a polícia política, saquearam o Tesouro Nacional, e isso veio a público. As massas, furiosas, responderam queimando mais de quatrocentos bancos.

Somente o homem pode rebelar-se contra a forma para a qual foi criado, que pode desafiar mesmo suas necessidades físicas ou espirituais: contra os ditames do bem e da virtude ... Ele é livre para ser bom ou mau, para se assemelhar ao barro ou a Deus. O arbítrio é então a maior das propriedades do homem, e a afinidade entre Deus e o homem é aparente neste fato. Pois é Deus que aspira sobre o homem parte de Seu próprio espírito e o faz possuidor de Sua Confiança ... O homem pode agir como Deus, mas somente até certo ponto; ele pode agir contra as leis de sua constituição fisiológica somente em um grau permitido por sua similaridade a Deus. Este é um aspecto comum a Deus e ao homem, ... a liberdade humana de ser bom ou mau, de obedecer ou se rebelar. Como é aparente na filosofia do homem no Islã, ele é um ser bidimensional e necessita, dessa forma, uma religião que seja também bidimensional e exerça sua força nas duas direções diferentes e opostas que existem no espírito e na sociedade humana. Somente então o homem será capaz de manter equilíbrio. A religião necessária é o Islã... A conclusão a que desejo chegar é: no Islã, o homem não é humilhado perante Deus, pois é parceiro de Deus, Seu amigo e possuidor de Sua Custódia sobre a terra. Ele goza de afinidade com Deus, foi instruído por Ele, e viu todos os anjos de Deus prostrando-se diante de si. O homem bidimensional, possuindo o fardo de tal responsabilidade, precisa de uma religião que transcenda a orientação exclusiva para este ou para o próximo mundo, e o permita manter um estado de equilíbrio. É só uma religião como esta que capacita o homem a cumprir sua grande responsabilidade.”

Em 25 de novembro, recomeçou a greve geral na refinaria de petróleo de Chahr-Rey, perto de Teerã. Em 4 de dezembro, a greve era geral. Surgiram comitês operários independentes, sobretudo no setor petrolífero. A revolução democrática esboçava transformar-se em *revolução proletária*.

Em 12 de dezembro, cerca de 2 milhões de pessoas inundaram as ruas de Teerã para protestar contra o xá. Khomeini permanecera no Iraque, até ser forçado a sair do país em 1978, quando foi viver em Neaufle-le-Château, perto de Paris, na França. De acordo com Alexandre de Marenches (à época chefe do Serviço de Documentação Exterior e de Contraespionagem, os serviços secretos franceses), a França teria proposto ao xá o “arranjo de um acidente fatal de Khomeini”. O xá declinou, argumentando que isso faria de Khomeini um mártir. Ainda em dezembro de 1978, em um dos momentos decisivos da revolução iraniana, os trabalhadores do setor do petróleo entraram em greve e deixaram de bombear os cerca de 6,5 milhões de barris que o país produzia por dia.

Privados, sob o regime ditatorial do xá, de imprensa livre, partidos políticos representativos e entidades estudantis, os iranianos voltaram-se para o único fórum que permanecera aberto: as 80 mil mesquitas existentes no Irã. Mas a mais importante contribuição do clero para o movimento foi emprestar-lhe sua secular estrutura de comunicações no interior do país. Quando os aiatolás ditavam palavras de ordem políticas para a população, elas eram imediatamente transmitidas para as camadas inferiores da população por uma rede de 18 mil *mulás* – espécie de sacerdotes paroquiais – e ainda para um degrau mais inferior, para 600 mil *saias*, crentes considerados “descendentes diretos” do profeta Maomé.

O Exército começou a se desintegrar, à medida que os soldados se recusavam a atirar nos manifestantes e passaram a desertar. O país estava falido. Não bastasse o corte nas receitas do petróleo, em novembro e dezembro de 1978, diante da absoluta incapacidade de se tocar qualquer negócio no país, mais de 3 bilhões de dólares fugiram do Irã.

O xá concordou em introduzir uma constituição, porém já era tarde para isso. Com a pressão do presidente norte-americano Jimmy Carter (que ameaçou embargar o suprimento de armas), o regime fez concessões a última hora, libertando trezentos prisioneiros políticos, relaxando a censura e reformando o sistema judicial. As medidas, ao contrário do esperado, provocaram o aumento dos protestos da oposição.

O ataque à figura do imã Khomeini na imprensa oficial do país foi um evento em um ciclo ascendente de lutas. A maioria da população centrava suas expectativas em Khomeini e, quando ele pediu o fim completo da monarquia, o xá foi forçado a abandonar o país, em 16 de janeiro de 1979. O rei transferiu o governo para Chapour Bakhtiar, advogado de 63 anos, “liberal”, tido como liderança moderada da oposição (Frente Nacional) ao regime.

A política iraniana dos Estados Unidos entrara em colapso total. O embaixador em Teerã, William Sullivan, opunha-se a qualquer entendimento com o aiatolá Khomeini. Zbigniew Brzezinski, assessor de Segurança Nacional, defendia irrestrito apoio ao governo do Irã, mediante, inclusive, como veremos, a repressão militar. Segundo o historiador Moniz Bandeira, os Estados Unidos queriam a liberalização do regime, mas somente depois que a ordem fosse restaurada, não importando os meios: por um governo de coalizão, ou pela repressão militar, ou ambos. Chapour Bakhtiar impôs como condição para assumir que o xá abandonasse o país e comprometeu-se a substituir a monarquia por uma república. O Pentágono e o Departamento de Estado elaboraram planos de contingência para defender os campos de petróleo. O presidente Carter enviou a Teerã o general Huizer, com a missão de assistir os militares iranianos e assegurar-lhes o respaldo dos Estados Unidos na eventualidade de um “enfrentamento com o povo”. Caso o governo de Bakhtiar não conseguisse abafar a crise, a opção seria implementar a execução de um golpe militar, para reprimir a insurreição e restaurar a ordem.

Khomeini retornou da França em 1º de fevereiro de 1979, declarou sem efeito o regime imperial e proclamou a proclamação da “República Islâmica” do Irã. Em declarações ao jornal *Ettelaïat*, Khomeini deixava claro qual seria seu papel na revolução em curso: denunciou a dança e o cinema como anti-islâmicos e anunciou que a liberdade de expressão excluiria, de saída, tudo aquilo que não fosse “de interesse nacional”.

Bastaram onze dias da presença de Khomeini em Teerã, após um exílio de quinze anos – no Iraque e depois na França –, para que a insurreição iraniana, com uma alternativa política “visível”, ganhasse os contornos definitivos de um verdadeiro assalto popular ao poder. A recepção ao aiatolá contou com cerca de 5 milhões de pessoas. Uma greve total paralisava o Irã há dois meses. O primeiro-ministro Châpour Bakhtiar, no entanto, reiterou que não admitiria um poder paralelo a seu governo. Mas, antes do retorno de Khomeini, colaboradores do aiatolá comunicaram que o líder xiita organizaria o “Conselho da Revolução Islâmica”, que governaria provisoriamente o Irã após a “queda do governo de Bakhtiar”. Acrescentaram que armas estavam sendo distribuídas à população: “Ainda não foi dada a ordem de utilizá-las, mas a hora se aproxima”. Quando o Boeing 747 da Air France pousou no aeroporto de Teerã, conduzindo o aiatolá, seu filho, cinquenta assessores e 150 jornalistas, no aeroporto havia cartazes com os dizeres: “Derrubemos o regime faraônico”, “A nação muçulmana do Irã aceita de todo o coração o Conselho Revolucionário Islâmico eleito pelo grande líder”.

Quando Khomeini, envolto em suas vestimentas escuras, apareceu na porta do avião, a multidão que cercava o aeroporto irrompeu em uma aclamação estrondosa. Protegidos por membros de uma “polícia islâmica” – 50 mil voluntários foram organizados para proteger o aiatolá – Khomeini foi conduzido, em um automóvel, ao salão de honra do aeroporto. Personalidades políticas e religiosas esperavam o aiatolá, entre elas o aiatolá Taleghani, líder religioso de Teerã; Karin Sanjabi, presidente da Frente Nacional de Oposição; representantes das igrejas síria

e armênia; e inúmeros dirigentes religiosos xiitas. As primeiras declarações do líder xiita foram no sentido de que a luta contra a monarquia estava tendo êxito, mas “esta é apenas uma primeira etapa”. Em seguida, Khomeini pregou a união de toda a oposição na luta contra a monarquia iraniana. A TV iraniana cobriu durante vinte minutos a chegada de Khomeini ao Irã, interrompendo em seguida a transmissão em virtude de “dificuldades técnicas”.

Após deixar o aeroporto, Khomeini seguiu em carro aberto na direção do cemitério Behechte Zahra, onde estava sepultada a maior parte das vítimas da violência dos últimos meses no Irã. No cemitério, ele fez um discurso à nação, indicando o rumo a seguir para a proclamação da “república islâmica”. Atrás do carro do líder religioso seguiam vários microônibus, levando os jornalistas e dirigentes políticos e religiosos.

Assim que a comitiva iniciou o percurso de 32 quilômetros que separavam o aeroporto do cemitério, o cordão de proteção formado por 50 mil pessoas simplesmente desapareceu, pulverizado em meio à maré popular que se estendia até onde alcançava a vista ao longo das avenidas de Teerã. Ao alcançar a praça central da capital – rebatizada Khomeini durante as últimas manifestações – o veículo que conduzia o aiatolá perdeu-se em meio à multidão que bloqueava completamente as ruas. Foi desligado o motor do automóvel do aiatolá, que passou a ser empurrado pela multidão, que levava enormes retratos de Khomeini e gritava “Alá é grande” e “Khomeini é nosso chefe”. Em vista da impossibilidade de chegar ao cemitério pelas ruas completamente congestionadas, o aiatolá completou a distância em um helicóptero. Chegando a Behechte Zahra, Khomeini foi levado à tribuna instalada na praça dos mártires da revolução, enquanto um orador afirmava que “o heroico povo do Irã deseja unanimemente o estabelecimento de uma república islâmica no país, dirigida pelo aiatolá Khomeini”. Em seguida, pela primeira vez, ouviu-se o hino da república islâmica.

Khomeini criticou em seu discurso o governo do premiê Châpour Bakhtiar, chamando-o de ilegal, do mesmo modo que

o Parlamento, e ameaçou prender o primeiro-ministro caso não renunciasse. O aiatolá criticou a dinastia Pahlevi e afirmou que a Constituição monárquica de 1906 fora estabelecida pelas baionetas, contra a vontade da nação iraniana. Khomeini também não poupou críticas aos Estados Unidos e reiterou que expulsaria os assessores militares norte-americanos do Irã. Ao sair do cemitério, o líder religioso rumou ao hospital Pahlevi para visitar os feridos durante as últimas manifestações, para mais tarde dirigir-se a uma ex-escola, especialmente preparada pelos dirigentes religiosos xiitas para receber o aiatolá.

Já na cidade norte-americana de Los Angeles, o xá Reza Pahlevi dava a última pá de cal a seu próprio regime. Dias antes de abandonar o Irã, ele dera aos chefes militares iranianos instruções para “atirar à vontade” contra os manifestantes, durante sua ausência, com o objetivo de provocar uma guerra civil prolongada e facilitar seu retomo ao poder, segundo discurso de 15 minutos contido em uma fita, divulgada pela emissora de televisão KNTX, operada pela cadeia CBS. O discurso continha instruções que o xá dera aos chefes militares dias antes de abandonar o Irã, gravadas em fita que depois fora retirada do país por um general do exército dissidente. A fita fora entregue à CBS por um representante da Frente Nacional de Oposição nos Estados Unidos: suas reproduções foram vendidas a dois ou três dólares nas ruas de Teerã.

Criando hostilidade e ódio entre o Exército e o povo, ordenando aos soldados para atirar a vontade e matar, vocês poderão jogar estas duas forças poderosas uma contra a outra. Uma longa guerra civil, assim criada, nos dará tempo suficiente para que possamos idealizar contramedidas, como por exemplo a formação de um governo que seria aceitável até certo ponto pelo povo.

dizia a voz gravada, identificada pelos especialistas como sendo a do xá. “O povo não deve ter liberdade em excesso, pois já mostrou que não merece esta bênção que lhe concedi”, dizia o xá, a essa altura já desligado de toda realidade. Como diziam os

antigos inimigos dos persas, “Zeus enlouquece àqueles a quem quer perder”.

No discurso na Praça dos Mártires da Revolução, Khomeini convocou o povo a derrubar o governo de Bakhtiar. Sobre a monarquia iraniana e a dinastia dos Pahlevi, disse:

A dinastia Pahlevi foi desde o começo contra as normas. A Constituição que a estabeleceu (a Constituição de 1906) foi imposta, a nação não a desejava. Estabeleceram a Constituição com as baionetas e forçaram a aprovação das leis. Ele (o xá) ainda está tentando um meio de voltar. O Irã sofreu cinquenta anos de tirania. Perdemos tudo, nosso solo, nossa cultura.

Sobre o governo de Bakhtiar e o Parlamento: “O Parlamento e o governo são ilegais. Se eles continuarem no poder, nós os prenderemos e eu atirarei contra suas bocas... *Nem o Exército nem o povo considera o governo de Bakhtiar legal*” (grifo nosso). “Acreditais por acaso que o Parlamento atua em vosso nome? O Parlamento é ilegal porque o xá é ilegal. Processarei os membros do governo do premiê Bakhtiar em tribunais que eu mesmo designarei.”

Sobre o Exército iraniano e os Estados Unidos, dizia Khomeini: “Queremos um Exército livre, orgulhoso e sólido... Unam-se (os militares) à maioria do povo e deixem de assassinar os filhos do Irã. Queremos que vocês (os generais iranianos) sejam independentes dos assessores norte-americanos”. Khomeini punha-se à cabeça da revolução exatamente para que ela preservasse aquela que tinha sido a base do regime agora em retirada: as Forças Armadas. Ou seja, para limitar decisivamente o alcance da revolução.

Nas ruas de Teerã e nas principais cidades, homens e mulheres enchiam de terra sacos de estopa, levantavam barricadas com tijolos e madeira. E muitos entre eles traziam faixas de tecido branco na testa, símbolo muçulmano da disposição de morrer em combate. Envoltas em seus véus negros, os *tchadors*, mulheres de todas as idades ocupavam-se em uma frenética fabricação de coquetéis molotov. E pelas esquinas de Farahabad,

bairro no setor leste de Teerã, jovens interrompiam os passantes para colocar-lhes nas mãos uma metralhadora, um fuzil – o convite para juntar-se à *jihad*, a guerra santa islâmica que começava a engolfar o Irã.

Um ano depois das primeiras passeatas contra o regime do xá Mohammed Reza Pahlevi, que governara o país com mão de ferro durante 37 anos, era toda a população de Teerã que se sublevava para tomar o poder pelas armas. O sábado, 10 de fevereiro, foi um dia sangrento na capital do Irã. Durante todo o dia, multidões investiram contra quartéis, delegacias de polícia e outros postos de resistência da monarquia. A cidade cobriu-se de grossas espirais de fumaça que, aqui e ali, indicavam tanques do Exército e edifícios públicos incendiados. Tudo que se ouvia eram explosões e tiros.

Ouviam-se também, e principalmente, os gritos dos seguidores do aiatolá Khomeini, que insuflavam o povo por meio de alto-falantes. No fim da tarde, combatia-se por toda a cidade. Pelo menos duzentos mortos e oitocentos feridos haviam sido recolhidos das ruas. E a fúria do levante popular trazia a lembrança de um mundo surpreso, cenas que se acreditavam definitivamente arquivadas nos livros de história ou nos relatos do passado.

Os cadetes da base aérea Dashan Tadeh amotinaram-se contra seus oficiais. As Forças Armadas, a única instituição que ainda barrava o avanço das massas iranianas rumo ao poder em Teerã, começavam a ceder. Unidades da Guarda Imperial, tropa de elite fiel ao governo do primeiro-ministro Chapour Bakhtiar, foram chamadas para sufocar o levante. Mas os soldados mal haviam chegado a Dashan Tadeh quando milhares de populares armados surgiram nas imediações da base para reforçar a posição dos cadetes. Começou então a batalha – e o sangue não deixaria mais de correr até a derrocada final do governo.

Os combates não tardaram a estender-se a um arsenal militar situado nas proximidades, o de Eshratbad, e prolongaram-se durante toda a noite. Na manhã de domingo, finalmente, renderam-se os últimos oficiais leais ao governo. Pouco depois,

o Estado-Maior das Forças Armadas comunicava que as tropas seriam chamadas de volta aos quartéis, “para evitar mais derramamento de sangue e anarquia”. Era, na prática, a retirada de apoio militar ao desprestigiado governo de Bakhtiar. Os soldados começaram a fraternizar com a multidão, gritando: “Nós estamos com o povo”. De imediato, o primeiro-ministro Bakhtiar, que, segundo as primeiras versões, teria-se suicidado, apresentou sua renúncia.

O estrategista norte-americano Zbigniew Brzezinski, assessor do presidente Carter, durante a revolução de 1979, foi um “defensor do punho de ferro”, exigindo do xá que “esmagasse” e matasse tanta gente quanto necessário para se manter no poder (fato relatado em *The Iranian Revolution: An Oral History*, de Henry Precht, à época chefe do Gabinete sobre o Irã do Departamento de Estado dos Estados Unidos). Na mente dos peritos em estratégia, só parece haver lugar para os interesses e conflitos entre Estados, não para a luta de classes, que faz explodir, justamente, as bases dos próprios Estados.

Com a vitória da insurreição dos dias 10 e 11 de fevereiro, a ordem antiga foi varrida para sempre. A população estava consciente de seu poder, mas não consciente de como organizar o poder que agora estava em suas mãos.

Uma explosão de júbilo tomou conta da capital, mas a comemoração foi breve. Em poucas horas, espalharam-se rumores de que a saída de cena das Forças Armadas não passara de um blefe dos comandos militares. De Dashan Tadeh, a massa humana dirigiu-se contra o Palácio Golestan, ex-residência do xá, mais tarde destinada a hóspedes de Estado. Depois, investiu contra o escritório do primeiro-ministro Bakhtiar, que, àquela altura, estava desaparecido. A casa de Bakhtiar também foi saqueada, assim como a sede da missão comercial de Israel, a sede da missão militar americana – já abandonada pelos seus ocupantes – e o prédio onde funcionava a Câmara Baixa do Parlamento.

Não faltou nem mesmo um apoteótico assédio à maior prisão iraniana; a de Jamshidiyeh, em Teerã. De um só golpe,

nada menos de 11 mil presos, muitos deles criminosos comuns, ganharam a liberdade. Mas a massa popular queria, também, acertar contas com alguns membros do antigo regime aí encarcerados por corrupção. Suas presas mais desejadas: o ex-primeiro-ministro Amir Abbas Hovejda, que ocupou o posto por treze anos, e o ex-chefe da odiada polícia política, a Savak, general Nematollah Nasiri. Hovejda e Nasiri, que haviam sido presos por ordem do xá no fim de 1978, como uma concessão aos opositores do regime, foram salvos do linchamento pela chamada guarda islâmica de Khomeini – a essa altura abrindo fogo não mais para derrubar o governo, e sim para tentar restabelecer alguma ordem. Salvos, mas não por muito tempo, ambos foram conduzidos a um cárcere improvisado no quartel-general do aiatolá. E, na sexta-feira, após um julgamento sumário, Nasiri seria fuzilado juntamente com mais três generais – as primeiras de uma série de cabeças que rolaram.

Uma época histórica se fechava para o país. O Exército dissolveu-se, assim como a Savak e o *Majilis*, a assembleia dos deputados que sustentavam o regime deposto. Todo o sistema político-militar iraniano, apoiado pelo imperialismo ocidental desde 1953, ruíra. Antes de 1979, para o imperialismo norte-americano, o Irã era barreira crucial contra os avanços soviéticos no Oriente Médio e no sul da Ásia. Suas reservas de petróleo eram vitais para o interesse ocidental em geral. A revolução abria um período de incertezas para o Ocidente.

A vitória das massas iranianas, desarmadas, sobre um exército poderoso, municiado e treinado pelos Estados Unidos, infundiu notável confiança nas sociedades ditas islâmicas. A vitória do movimento popular iraniano alterou radicalmente as perspectivas do Oriente Médio como um todo. Por outro lado, durante o exílio, as mensagens de Khomeini foram distribuídas por fitas cassetes que entravam clandestinamente no Irã em pequenas quantidades. Uma vez lá, elas eram reproduzidas e propagadas. As massas interpretaram o chamado para uma República Islâmica como uma república do “povo” (e não dos ricos), em que suas demandas seriam atendidas.

Do ponto de vista das relações internacionais, e da política mundial dos Estados Unidos, o Ocidente perdera um de seus mais importantes peões no Oriente Médio. Com seus 2.600 quilômetros de fronteira com a União Soviética, o Irã era uma base ideal para os sofisticados aparelhos americanos de acompanhamento eletrônico das atividades militares e espaciais soviéticas. Mais do que isso, o Irã era uma fonte vital de petróleo para Europa, Japão e Estados Unidos. E, para completar, empenhava-se de bom grado na missão de policiar o estratégico Golfo Pérsico. Mas a derrota ocidental no Irã não se limitava à perda de um “protetorado”: era a admissão do fracasso do sistema de Estados-clientes, que florescera nos anos da Guerra Fria. A chamada defesa ocidental baseara-se em pactos regionais centrados em Estados-clientes – países intermediários, como o Irã, que se alinhavam aos interesses estratégicos americanos em troca de ajuda econômica e militar. Com a revolução iraniana, os Estados-clientes já não eram mais confiáveis.

Segundo Ken Pollack, antigo analista da CIA e perito sobre o Irã da Brookings Institution, em Washington, para evitar a expansão da revolução iraniana para outros países da região, os Estados Unidos fizeram um acordo com os *mulás* em reunião secreta organizada pelo general norte-americano Gerry Huizer, que liderava uma missão em nome do presidente Jimmy Carter. Os Estados Unidos teriam deixado os *mulás* chegar ao poder porque temiam que, se a revolução continuasse, poderia dar lugar ao crescimento de forças mais radicais. Ou seja, diante dos inesperados acontecimentos, os estrategistas norte-americanos tiveram que inventar uma nova estratégia, no calor dos acontecimentos. E, de fato, no dia seguinte à derubada do xá, a supressão da esquerda começou no Irã, o que levaria finalmente ao enforcamento do líder do Tudeh e ao massacre de militantes do Partido Comunista e de outras forças da esquerda.

Khomeini e o clero xiita estavam longe de ser a única força política no campo revolucionário. Com a tomada de quartéis e arsenais ao longo do fim de semana revolucionário, cerca

de 140 mil armas caíram nas mãos dos rebeldes. E, apesar dos apelos de Khomeini para que a população os entregasse à guarda islâmica, só pouco mais de 10 mil haviam sido recuperadas. A maior parte desse material estava em poder dos guerrilheiros marxistas, como os do grupo *Fedayin Khalq*. Criada em 1971, a organização de esquerda unira-se ao movimento liderado por Khomeini para a derrubada do xá, mas mantinha sua independência política e organizacional. No governo provisório, uma disputa em surdina era travada entre o clero xiita e a ala "laica" (ou liberal). O premiê provisório Mehdi Barzagan insistia em coletivas de imprensa em que o governo iria proclamar uma República Democrática Islâmica, em vez de uma República Islâmica, sem mais. Barzagan rejeitava modelos "como os da Líbia, ou da Arábia Saudita". O curso tomado pela revolução, no entanto, acabou por varrer a alternativa democrático-liberal.

Na verdade, um duplo poder prevaleceu em Teerã em fevereiro de 1979. Os governantes do regime deposto fugiram, enquanto os trabalhadores, que sustentaram as fábricas e refinarias, organizaram comitês democráticos de trabalhadores e tomaram as armas das fragmentadas Forças Armadas. A euforia unitária da revolução, na verdade, durou pouco. A luta eclodiu entre as várias facções de esquerda e os líderes religiosos. Os *fedayin*, estimulados pelas armas que detinham, defendiam a criação de um exército popular para substituir as Forças Armadas, e também a transformação do conselho de representantes eleitos das comissões de greve em um conselho revolucionário o que equivaleria, na prática, a um *soviet*. Reivindicavam ainda o controle das grandes instituições nacionalizadas, como a Companhia Nacional de Petróleo e a Rádio e Televisão Nacional.

O duplo poder teve certa extensão nacional. A população assumiu o controle em várias cidades e povoados, em especial no norte azeri e na região do mar Cáspio (Zanjan, Orumich, Salmas, Ardabil Maraghel e Abjasheer). Os *shuras*, comitês operários, surgiam da experiência imediata, e onde se encontravam assumiam o debate e a direção das questões cotidianas,

assim como os *soviets* da revolução outrora acontecida na vizinha Rússia. Havia também *shuras* na Força Aérea, depois da insurreição desta contra o antigo regime. Os *shuras* se opunham às demissões, cobravam os salários atrasados e procuravam atender a reivindicações dos trabalhadores. Khomeini mandou os trabalhadores voltarem ao trabalho e procurou reafirmar a autoridade do Estado (ainda que este estivesse quase dissolvido) declarando que "qualquer desobediência ou sabotagem ao governo provisional será considerada oposição à revolução islâmica". A revolução islâmica tornara-se a tábua de salvação do Estado, contra a emergência, certamente ainda embrionária, da ordem própria e independente dos explorados. Esse era, finalmente, seu verdadeiro conteúdo.

Havia, em contrapartida, um foco de resistência do antigo regime na cidade de Tabriz, capital da província do Azerbaijão, no Norte, a 100 quilômetros da fronteira com a União Soviética. Aí, agentes da Savak enfrentaram os populares, com um saldo de setecentos mortos.

Muito mais ativos que o partido comunista do Irã, o Tudeh – na clandestinidade desde 1949 –, eram os grupos marxistas-leninistas *fedayin*. Seu quartel-general era a Universidade de Teerã e foram eles, na verdade, os que tomaram a dianteira nos combates de rua. Também conquistaram posições entre os trabalhadores dos campos petrolíferos.

Chapour Bakhtiar, tido como veterano oposicionista, que abandonou os correligionários ao aceitar sua nomeação pelo xá, fora obrigado a deixar o governo e fugiu do país (anos depois seria assassinado em Paris), sendo substituído pelo governo de Mehdi Barzagan, ex-companheiro de luta política, dirigente e cabeça visível da Frente Nacional de Oposição. O tecnocrata muçulmano foi designado para o posto por Khomeini. Barzagan, ex-ministro de Mossadegh e fundador do Conselho de Direitos Humanos, teve, de saída, a concorrência da guarda revolucionária xiita (*pasdaran*), que prendia, julgava e executava sumariamente membros do antigo governo do xá e militantes de grupos rivais. Barzagan renunciaria em novem-

bro, após a invasão da embaixada americana pelos militantes xiitas.

Em agosto de 1979, anularam-se acordos de compras de armas dos Estados Unidos e interrompeu-se o fornecimento de petróleo para esse país. Em razão do asilo norte-americano concedido ao xá – que alegava motivos de saúde –, em novembro produziu-se a tomada da embaixada americana em Teerã e do seu pessoal como reféns, um total de 53 pessoas pelos *fedayin*. Depois de quase duas horas de cerco, os dezoito fuzileiros navais que defendiam a embaixada haviam recebido ordem do embaixador William Sullivan para que se rendessem em vista do maior poder de fogo dos atacantes. Estes já retiravam os 140 ocupantes da embaixada, sob a mira de fuzis, quando a guarda islâmica os regatou.

A tomada de reféns na embaixada, logo após o ex-xá receber permissão para entrar nos Estados Unidos para tratar um câncer, foi largamente usada para manipular a opinião pública norte-americana. A Operação Ajax de 1953 não era conhecida, ou era considerada mais uma das várias invenções oriundas das teorias da conspiração que surgem de tempos em tempos sobre determinado fato. Ao protestarem contra a entrada do xá nos Estados Unidos, os estudantes iranianos temiam uma repetição da Operação Ajax para conduzi-lo novamente ao poder.

A ação visava também a pressionar e liberar recursos iranianos congelados – aproximadamente 23 bilhões de dólares – em contas nos Estados Unidos. Os funcionários norte-americanos foram tomados como reféns e o governo iraniano, ainda civil, de Bani Sadr, não conseguiu promover uma solução negociada. A União Soviética pronunciou-se pela devolução imediata dos reféns e a desocupação da embaixada *ianque*, a mesma coisa fez a China. O Irã estava sozinho.

Em abril de 1980, tropas norte-americanas tentaram um resgate dos reféns, mas a operação fracassou. A missão de salvamento ordenada pelo presidente Jimmy Carter falhou quando os helicópteros enviados tiveram de enfrentar condições adversas de tempo no deserto em Tabas, e se espatifaram contra

o solo, matando seus tripulantes militares. Isso reforçou a ala do clero xiita no governo iraniano. Em 23 de fevereiro de 1980, Khomeini afirmou que o Parlamento iraniano iria decidir o destino dos reféns da embaixada americana.

Muitos comentaristas apontam a trapalhada militar de Carter como principal causa de sua derrota nas eleições seguintes (1980), ganhas por Ronald Reagan. Documentários televisivos revelaram, de fato, que houve uma negociação secreta entre Ronald Reagan e o Irã para alongar a crise até as eleições. Pouco depois de Reagan ser eleito o problema foi “milagrosamente” resolvido. Em janeiro de 1981, após 444 dias de cativeiro, os reféns da embaixada norte-americana foram libertados por gestões diplomáticas da Argélia. Os recursos do Irã depositados em bancos ocidentais foram liberados, a vitória do Irã foi total. Os 23 bilhões de dólares, congelados em bancos norte-americanos, foram devolvidos ao país. Os reféns voltaram aos Estados Unidos, Reagan marcou pontos na agenda internacional e o Irã recebeu uma compensação em forma de armamentos (vendidos clandestinamente pelos Estados Unidos, como veremos).

Finalmente; em dezembro ditou-se uma nova constituição, teocrática. A *Sharia*, Lei Islâmica, foi adotada como lei do país. As religiões existentes no país passaram a ter seus próprios tribunais. Os cristãos armênios, cristãos assírios, cristãos caldeus, zoroastras e judeus ganharam direito de ter seus representantes na Assembleia do país. A política internacional do país, no entanto, era fortemente contrária ao Estado sionista.

Eram tempos de *détente*, contexto em que Estados Unidos e União Soviética passaram a buscar a pacificação do Oriente Médio, sobre a base das fronteiras e equilíbrios estabelecidos conjuntamente depois da Segunda Guerra Mundial. Esse esforço conjunto das superpotências resultou na aproximação entre Egito e Israel, formalizada em 1979 com a assinatura dos acordos de Camp David, assinados pelo presidente egípcio Anuar Sadat e pelo primeiro-ministro israelense Menahem Begin. O Egito transformou-se no primeiro país muçulmano a assinar

um tratado de paz com Israel. Na década de 1980, Israel devolveu parte de Golan à Síria e o Sinai ao Egito, mas assentou colonos na Cisjordânia e na faixa de Gaza.

Nesse contexto, a revolução iraniana introduziu um novo fator de desequilíbrio no desenho do Oriente Médio feito pelos *senhores do mundo*, provocando nova ofensiva diplomática dos Estados Unidos em busca de um acordo estratégico entre Israel e os países árabes. Como observou um correspondente norte-americano, na época:

O Egito está convencido de que, justamente por causa da turbulência espalhada na área pela revolução iraniana, este é o momento de fazer a paz. Um acordo egípcio-israelense contribuiria para estabilizar a área. Mais ainda, o Egito, liberado seu exército de guardar as fronteiras com Israel, tem acenado com a possibilidade de desempenhar ele o papel antes desempenhado pelo Irã, de polícia do mundo do petróleo. Até mesmo, para demonstrar suas intenções, o presidente egípcio Anuar Sadat enviou, nas últimas semanas, um punhado de assessores militares a Omã, como faria o xá. E os Estados Unidos, aparentemente, mostram-se sensibilizados com as posições egípcias. Resta saber se os israelenses cederão – eles que, até agora, raciocinando de maneira totalmente inversa, têm pregado que a instabilidade no Irã é um motivo a mais para não renunciar aos territórios ocupados nem estender a mão com demasiada pressa aos inimigos árabes.

Em fins de 1979, o primeiro-ministro Mehdi Barzagan, encarregado de construir as instituições da república islâmica, por um plebiscito popular sobre o abandono formal da monarquia e eleições para uma Assembleia Constituinte, renunciou, incapaz de duelar com a esquerda armada, os guardas islâmicos e as dificuldades econômicas, ao mesmo tempo. Em janeiro de 1980, Abolhassan Bani-Sadr foi eleito (ou melhor, designado) presidente e formou um governo de coalizão para realizar reformas democráticas moderadas. Mas em agosto foi obrigado a aceitar a indicação de Ali Radjai, homem dos *mulás*,

para primeiro-ministro. Também enfrentou a crise com os Estados Unidos e viu-se diante da invasão iraquiana, em setembro. Os choques dos xiitas contra Bani-Sadr o levaram a exilar-se em junho de 1981.

A classe trabalhadora encabeçou a luta contra o xá mediante manifestações, uma greve geral de quatro meses e finalmente uma insurreição nos dias 10 e 11 de fevereiro de 1979. A classe operária iraniana, a grande força da revolução, esteve organizada nos *shuras* (praticamente *soviets*) até 1981. A despeito do heroísmo dos trabalhadores, estudantes e juventude, havia a ausência de uma direção marxista. As maiores forças de esquerda no Irã na época eram o partido comunista Tudeh, a guerrilha marxista *Fedayin Khalq* e a guerrilha islâmica *Mujahdeen*. Apesar da grande militância e de uma forte estrutura e armamentos, não possuíam uma política independente para a classe trabalhadora. No momento crítico da revolução, impulsionavam palavras de ordem como: “Vingança contra o brutal xá e seus amigos imperialistas americanos”, ou “Uma república socialista baseada no Islã”.

O destino das massas foi decidido quando o poder real parecia estar em mãos da esquerda e o Tudeh fixara o objetivo de estabelecer uma República Muçulmana Democrática, ou seja, renunciara ao papel de liderança da revolução para seguir a agenda política dos *mulás*. Diante do retorno triunfante do exílio de Khomeini, o Tudeh imediatamente declarou seu apoio total à formação do Conselho Revolucionário Islâmico.

A revolução foi, de fato, tomada dos trabalhadores em 1979, principalmente pela política hesitante das organizações de esquerda. Os *mulás* militantes estavam em melhor posição para dirigir a revolução, pois eram a única força com intenções políticas definidas, organização e uma estratégia prática. Em 1º de abril, Khomeini obteve uma vitória arrebatadora em um referendo nacional no qual as pessoas tinham uma simples escolha – República Islâmica: “sim” ou “não”.

No entanto, Khomeini foi forçado a dar passos cuidadosos. Conflitos estouraram entre a Guarda Revolucionária

Islâmica e trabalhadores que queriam manter as armas adquiridas durante a revolução. Khomeini denunciou aqueles que queriam manter a greve geral como "traidores que devemos socar na boca". Mas, simultaneamente, fez grandes concessões aos trabalhadores. Assistência médica e transportes gratuitos foram introduzidos, as contas de água e luz foram canceladas e os bens essenciais foram fortemente subsidiados.